



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

| | |
|----------------------|--|
| PROCESSO: | e-TC – 4499.989.23-4 |
| PREFEITURA: | Prefeitura Municipal de Olímpia |
| RESPONSÁVEIS: | FERNANDO AUGUSTO CUNHA FABIO MARTINEZ |
| EXERCÍCIO: | 2023 |
| RELATOR: | Dimas Eduardo Ramalho |

| | |
|--|--|
| Aplicação no Ensino: | 26,93% - artigo 212 da Carta Federal |
| Aplicação do Fundeb: | 87,33% - artigo 212-A, inciso XI da Carta Federal e artigo 26 da Lei nº 14.113/20 |
| Total Geral Aplicado com Recursos do Fundeb | 92,54% - artigo 25 da Lei Federal nº 14.113/20 |
| Despesas com Pessoal: | 28,85% da Receita Corrente Líquida – alínea “b”, inciso III, artigo 20 combinado com o artigo 59 da LRF |
| Aplicação em Ações e Serviços de Saúde: | 24,84% - artigo 7º da Lei Complementar nº 141/2012 |
| Execução Orçamentária: | Superávit 6,55% |

Senhora Assessora Procuradora-Chefe Substituta,

Cuidam os autos das contas da **Prefeitura Municipal de Olímpia**, exercício de 2023.

Os trabalhos de inspeção “in loco” estiveram a cargo da UR-08 – Unidade Regional de São José do Rio Preto, que elaborou o relatório constante no evento 141.66, apontando desacertos pontuais.

O e.Conselheiro, no evento 145.1, notificou os responsáveis pelas presentes contas, Senhores: Fernando Augusto Cunha e Fabio Martinez. As justificativas, acostadas no evento 183, foram apresentadas pela Prefeitura Municipal, após o deferimento do pedido de dilação de prazo.

A matéria passou pelo crivo da Assessoria Técnica Especialista, que se debruçou sobre aspectos pertinentes à sua área de atuação, focando,



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

especialmente, nos itens B.3, B.3.2, D.1.2, B.4 e B.4.1, manifestando-se pela boa ordem.

A Assessoria Técnica, que analisou, principalmente, os itens C.1.1, C.1.2, C.1.3, C.1.4, C.1.5, C.1.6 e C.1.7, avaliando os resultados contábeis apurados no exercício, concluiu pela aprovação das contas em tela.

Por determinação constante do evento 188.1 vieram os autos à apreciação desta Assessoria.

Pareceres pretéritos das contas da Municipalidade em questão:

- 2022 – TC–4268/989/22 – Parecer Favorável com recomendações
- 2021 – TC–7221/989/20 – Parecer Favorável com recomendações
- 2020 – TC–3238/989/20 – Parecer Favorável com recomendações
- 2019 – TC–4890/989/19 – Parecer Favorável com recomendações
- 2018 – TC–4549/989/18 – Parecer Favorável com recomendações

É o relatório. Manifesto-me.

De acordo com levantamento efetuado pela Fiscalização, o Município possui a seguinte série histórica de classificação no Índice de Efetividade da Gestão Municipal (IEG-M):

| EXERCÍCIOS | 2020 | 2021 | 2022 | 2023 |
|----------------|----------|----------|----------|----------|
| IEG-M | B | B | B | B |
| i-Planejamento | C+ | C | C+ | C+ |
| i-Fiscal | B | B+ | B | B |
| i-Educ | B | B | C+ | B |
| i-Saúde | B | B | B | B |
| i-Amb | B | C | C+ | B |
| i-Cidade | C+ | B | C+ | B+ |
| i-Gov-TI | B | C+ | C+ | B |

A-Altamente Efetiva/B+- Muito Efetiva/B – Efetiva/C+– Em fase de adequação/C- Baixo nível de adequação



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

No que se refere às fiscalizações ordenadas do período, abrigada no e-TC-7511.989.23, a UR-0 identificou irregularidades no tópico: Resíduos Sólidos (- O Município não regulamentou o sistema de coleta seletiva de resíduos sólidos; - O Município não possui coleta seletiva de resíduos sólidos; - Existem pontos de descarte irregular de lixo no Município; - Antes de aterrar o lixo, o Município não realiza nenhum tipo de processamento de resíduo; - Não existe monitoramento do aterro sanitário desativado; - Os resíduos da Construção Civil são, parcialmente, reutilizados, reciclados ou encaminhados para área de aterro de resíduos da construção civil devidamente licenciada, em desconformidade à Resolução CONAMA nº 307/2002; - Os resíduos da Construção Civil “Classe A” são, parcialmente, destinados, indevidamente, a área não licenciada, onde também há disposição de resíduos da limpeza urbana e de resíduos volumosos), sendo que a Origem não apresentou medidas corretivas ou adoção de providências, cabendo recomendação.

A entidade fiscalizatória constatou desatendimento ao disposto nos artigos 66 e 67, das Instruções TCESP nº 01/2020, comprometendo o pleno atendimento aos artigos 70 e 74, da Constituição Federal, bem assim ao artigo 59, da Lei de Responsabilidade Fiscal, e, ao parágrafo único do artigo 38, da Lei Orgânica desta Corte. Creio que o presente registro possa ser conduzido ao campo das recomendações, em razão de sua natureza formal.

Com relação às deficiências listadas no item B.1, I-Plan/IEG-M (- A Prefeitura não realizou diagnóstico anteriormente ao planejamento; não houve a publicação dos resultados do Relatório Anual de Avaliação dos programas finalísticos do PPA; - Fixação de dotações que não se coadunam com o objetivo estabelecido; incompatibilidade entre os valores previstos nas peças orçamentárias (PPA, LDO e LOA); - Discrepância entre receita prevista e arrecadada, que atingiu 38% no exercício examinado; - Alterações orçamentárias de 50,25%, no período analisado; - Necessidade de



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

aprimoramento do Departamento de Planejamento; - Necessidade de melhorias nos quesitos que compõem o IEG-M/I-Plan), a Origem apenas aduz que os os apontamentos não apresentam força suficiente para reprovação das contas, sem apresentar providencias cabíveis. O indicador i-Plan/IEG-M mante-se em “C+”.

Com relação à execução das políticas públicas ambientais, o IEG-M apresentou melhora de patamar, estando com “B”. Em que pese as notícias trazidas pela Origem, há a necessidade de adoção de medidas no sentido de corrigir impropriedades de aspectos que compõem a nota, visando à elevação dos conceitos e, conseqüentemente, ao aprimoramento e a maior efetividade dos serviços colocados à disposição da população.

A faixa do IEG-M – I-CIDADE em 2023 registrou elevação de patamar, passando de “C+” para “B+”, contudo, o órgão fiscalizatório anotou: falta de fidedignidade das informações prestadas; não há manutenção adequada de todas as vias públicas do Município; o Município não possui cadastro da lista de fornecedores para coleta e distribuição de suprimentos de ajuda humanitária para o caso de desastre. A Origem anunciou medidas corretivas, as quais poderão ser verificadas pelo órgão fiscalizatório, na próxima inspeção.

Sobre a contratação de servidores temporários sem normativo legal que rege a matéria, os quais permanecem nos cargos faz quase dez anos, em dissonância com os princípios da legalidade, da impessoalidade e da moralidade, desatendendo, ainda, a previsão contida nos incisos II e IX, do artigo 37, da CF, a Origem entende que as nomeações para cargos em comissão, cujo requisito de escolaridade é apenas ensino fundamental ou ensino médio, não desatende às exigências mínimas estabelecidas. A meu ver, há infringência ao Comunicado SDG nº 32/2015 e jurisprudência desta E. Corte de Contas, devendo ser corrigido. A Origem, ainda, suscitada que a falha não foi apontada nos exercícios anteriores, razão pela qual requer que seja alçada ao campo das recomendações.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

A questão anotada no subitem C.1.10.3 sobre acúmulo de férias vencidas e não gozadas superiores ao limite de 02 períodos aquisitivos, a Origem vem providenciando correção, o que poderá ser verificado pelo órgão fiscalizatório, na próxima inspeção.

Diante do exposto e considerando as manifestações das Assessorias Técnicas, nos eventos 194 e 197, firmo posicionamento no sentido de que seja emitido **Parecer Favorável** às contas de 2023 da Prefeitura Municipal de Olímpia, com as recomendações cabíveis.

Ressalvo, entretanto, que o posicionamento aqui adotado não alcança os aspectos pertinentes às demais áreas de atuação desta ATJ.

À elevada consideração de Vossa Senhoria.

ATJ, 24 de janeiro de 2025.

Christiane Hirschfeld Bezzi
Assessoria Técnica